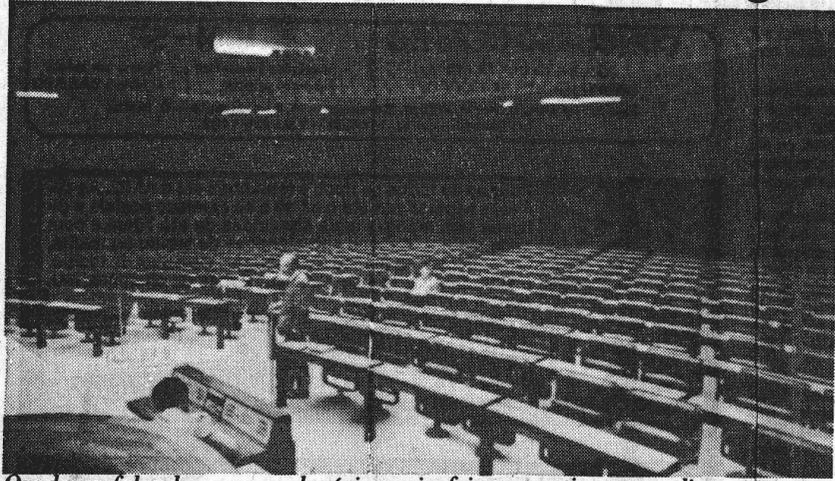
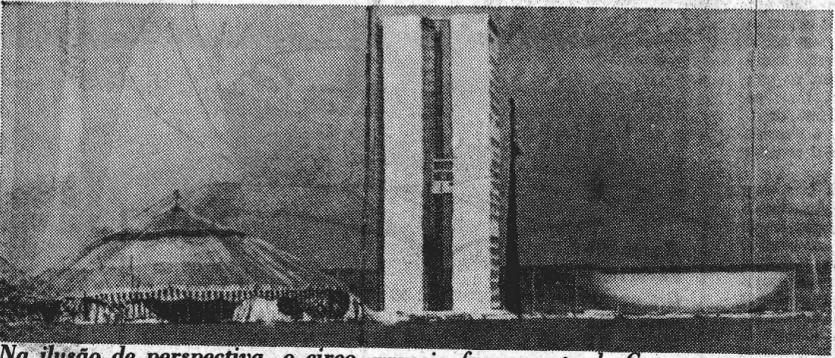


No ano político, Congresso perde chance de afirmação

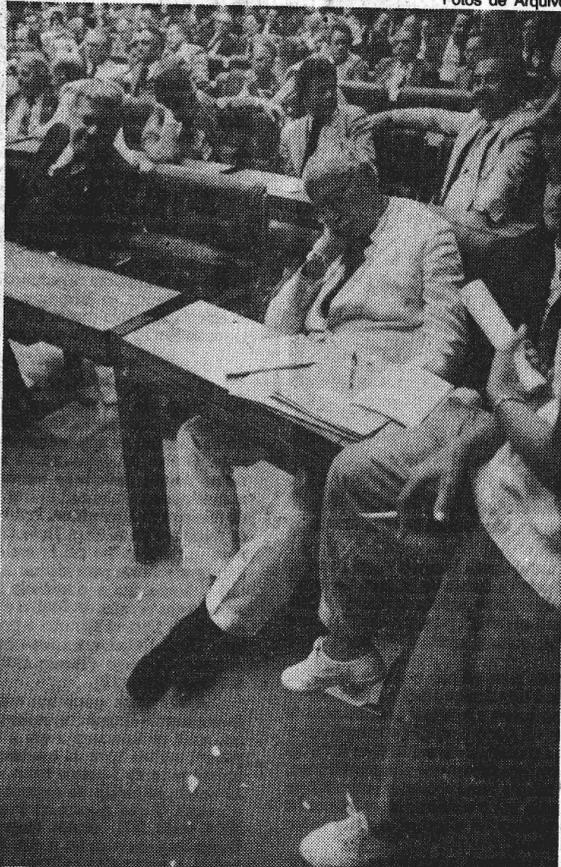
Fotos de Arquivo



Oradores falando para o plenário vazio foi uma rotina surrealista



Na ilusão de perspectiva, o circo parecia fazer parte do Congresso



Na madrugada, uma cena de esforço concentrado

Cecília Pires

Brasília — O Congresso Nacional, que elegeu Tancredo Neves e José Sarney em janeiro, chegou ao fim do primeiro ano da Nova República tentando desincumbir-se, às pressas, de uma pauta de votações que permaneceu praticamente paralisada o ano todo. O Senado conseguiu votar um número maior de matérias nos últimos dez dias do ano legislativo do que em todo o ano de 1985. Até o dia 25 de novembro, tinha apreciado apenas cerca de 300 matérias e encerrou os trabalhos no dia 5 de dezembro com mais de 640 projetos votados em plenário.

Foi um ano no qual o Congresso registrou um dos menores índices de presença. Os parlamentares - 479 deputados e 69 senadores - não conseguiram começar os trabalhos de apreciação de matérias antes do final de abril, tomados de comoção, como todo o país, com a doença e morte do presidente Tancredo Neves. Gastaram o restante do primeiro semestre com as mudanças trazidas pela abertura partidária e levaram o segundo semestre inteiro na preparação das eleições municipais de 15 de novembro.

Jetons e pianistas

Mas o ano foi também de mudanças políticas importantes, decididas no Congresso. Aprovou-se a convocação da Assembleia Constituinte, a extensão do voto ao analfabeto, a legalização dos partidos comunistas e a eleição direta para Presidente da República, prefeitos das capitais e prefeitos de municípios considerados áreas de segurança nacional.

Com tantas tarefas, o Congresso protestou alto contra a imprensa que, como a opinião pública, cobrou o desrespeito à Constituição, violada com o pagamento de jetons a deputados e senadores que não compareciam às sessões. Quando se falou em reformar o regimento da Câmara dos Deputados e do Senado, para coibir a orgia dos jetons, os parlamentares disseram estar sendo vítimas de uma "campanha contra o Congresso".

Em setembro, durante a Semana da Pátria, o governo do Distrito Federal autorizou a instalação de um circo na Esplanada dos Ministérios. Choveram manifestações de indignação, quando os jornais publicaram fotografias que, feitas de um ângulo da Esplanada, davam a impressão de que o circo fazia parte do conjunto arquitetônico do Congresso.

Abalado pela licenciosidade dos jetons pagos a ausentes, o prestígio do Congresso foi ao fundo em junho, com o episódio dos pianistas. Deputados foram fotografados em flagrante de delito, com as duas mãos nos botões do painel eletrônico, votando por eles e por companheiros ausentes, para garantir a aprovação do projeto de lei que regulamentaria as eleições nas capitais.

Sem prerrogativas

Apesar de ter contribuído para as mudanças que concretizaram a Nova República, o Congresso não foi capaz de romper as amarras trazidas do autoritarismo e terminou a sessão legislativa sem definir o projeto que devolverá suas prerrogativas.

"O Congresso ainda não foi anistiado", disse o deputado Freitas Nobre (PMDB-SP). "E a responsabilidade desta situação é ainda em grande parte do próprio Congresso. Continuamos com o mesmo regimento superado, legislamos com o voto de liderança e o decurso de prazo, como no tempo da ditadura."

O Decreto-lei, é bem verdade, caiu em desuso. O presidente José Sarney o utilizou uma única vez, na liquidação dos bancos falidos Comind, Auxiliar e Maissonave. Por descuido ou omissão, porém, a permanência do decurso de prazo na Constituição quase permite a aprovação do projeto dos subprocuradores da República, feito no governo Figueiredo, que efetivaria nos cargos funcionários ligados ao antigo regime militar.

"O Congresso pecou no que dependeu de sua exclusiva competência", declarou o secretário-geral do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves. "Mantém o voto de liderança, manifestação imoral e inconstitucional, e mantém ainda um regimento draconiano e arbitrário". Cardoso Alves criticou, ainda, a manutenção do decreto-lei, mesmo desativado pelo presidente Sarney. "É como deixar o chicote na mão do feitor", observou.

Bem pior do que manter o regimento interno herdado do período de arbítrio, na opinião do Senador Fábio Lucena (PMDB-MA), é a preservação do entulho do autoritarismo, como são denominados os instrumentos do regime de exceção ainda não revogados. "Foi um grave erro das lideranças da Aliança Democrática deixar na Constituição as medidas de emergência e o estado de emergência, que são uma verdadeira guilhotina".

Além das emendas constitucionais que eliminam as medidas de exceção deixadas pelo regime militar, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, além da que limita o uso do decreto-lei pelo Executivo, não foram votados o Plano Nacional de Informática e Automação e a nova Lei Orgânica dos Partidos.

Bancadas rebeldes

Foi também um ano de muitos atritos e desgaste entre as lideranças e suas bancadas, principalmente em outubro, no primeiro turno de votação da emenda da Constituinte. Cumprindo determinação do Palácio do Planalto, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, determinou a rejeição da subemenda do deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), que, incluída no bojo da proposta da Constituinte, previa anistia ampla para servidores civis e militares punidos por atos do regime de 1964.

A subemenda de Uequet recebeu veto dos três ministros militares. Em reunião com a bancada, Pimenta advertiu: "Se for aprovada, os senhores colocarão o Congresso sob o risco de um confronto com as Forças Armadas." Parte da bancada pemedebista rebelou-se e votou junto com as do PDT e PT, além de parte do PDS, pela aprovação.

Nem só a liderança do PMDB na Câmara sofreu reverses este ano. O líder do PFL, deputado José Lourenço, foi atingido por saraivadas de críticas de seus liderados. O deputado José Thomaz Nonô (AL) renunciou no último semestre à vice-liderança do partido, justificando: "O líder conduziu mal o apoio do governo. Uma coisa é dar respaldo, outra é ocupar a tribuna apenas para apresentar estatísticas oficiais favoráveis".

Por trás das críticas, PMDB e PFL se engalfinharam à cata de cargos. As brigas protelaram a armação da administração federal até mesmo nos estados. Continuam sem titulares os postos de direção do BNDES, do IAA e dezenas de cargos de 2º, 3º, e 4º escalões, entre os quais a maior parte das Delegacias Regionais do Trabalho.

Os deputados descontentes ameaçaram muitas vezes negar o apoio prometido ao governo, impondo riscos à aprovação de matérias. A própria Constituinte passou na Câmara, por apenas quatro votos além do mínimo de dois terços exigidos para aprovação. A Aliança Democrática, dividida por tantas diferenças e suplantada nas eleições municipais de novembro, teve que recorrer ao PDS inúmeras vezes, para recolher os votos que faltavam à aprovação de projetos importantes, como a Constituinte e o pacote econômico.

O Senado também enfrentou reverses este ano. Imortalizou o trem da alegria, efetivando parte dos funcionários contratados para a gráfica sem concurso público e dispondo-se a regulamentar a situação de 800 comissionados no regime CLT, num quadro paralelo ao já existente. Foi o Senado, também, que mais protelou a decisão, tomada inicialmente pela Câmara, de cortar os jetons dos parlamentares ausentes.